

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CURSOS À DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CAMPO DOCUMENTAL

TEACHERS PREPARATION FOR INCLUSIVE EDUCATION DISTANCE: A DOCUMENTAL STUDY

Mariana de Lima Isaac Leandro Campos
Enicéia Gonçalves Mendes
Universidade Federal de São Carlos

Resumo

Para viabilizar a política de inclusão escolar, o Ministério de Educação (MEC) tem desenvolvido programas de formação emergencial e continuada de professores de Educação Especial da rede pública de ensino por meio de duas modalidades: à distância (EAD) e presencial. Além disso, o MEC, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), vem tentando, por meio de uma rede nacional de instituições públicas de Ensino Superior, oferecer cursos de formação inicial e continuada de professores na modalidade de EAD. A partir disso, este estudo teve como objetivo mapear quantas instituições brasileiras, privadas e públicas, disponibilizam cursos à distância para a formação inicial e continuada de professores de acordo com as legislações da Educação Inclusiva e com o Decreto n.º 5.626/2005. Para tanto, foi feito um estudo documental das matrizes curriculares eletrônicas dos cursos de graduação em Licenciatura e de formação continuada obtidas nos sites das universidades com o apoio da lista de nomes citada pela ABED (Associação Brasileira de Educação à Distância), da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do site Google, além de uma análise estatística descritiva dos resultados. Estes mostraram que muitas universidades com cursos à distância, das diferentes regiões brasileiras, estão longe de viabilizar o compromisso efetivo com a inclusão escolar. Espera-se, assim, que esta pesquisa colabore para que sejam tomadas as devidas providências legais para a viabilização de uma efetiva política de inclusão e para que a sociedade conheça a realidade

brasileira sobre os cursos de formação de professores de Educação Especial disponíveis na rede de Ensino Superior.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Especial. Educação Inclusiva. Ensino à distância.

Abstract

To enable school inclusive education policy, the Ministry of Education (MEC) has developed emergency and permanent training programs in special education from public schools through two kinds of learning, distance education (EAD) and presential education. In addition, MEC in partnership with the Open University of Brazil (UAB) has been trying, through a national network of public institutions of higher education to offer courses of initial training and continuing education in the form of EAD. This study aimed to map out how many Brazilian institutions, private and public, offer distance education for initial and permanent training courses, in accordance with the laws of inclusive education, the 5626/2005 Act. The study based in the electronic content about the courses obtained from sites with the support of the list of names mentioned by ABED (Brazilian Association of Distance Learning), UAB and Google and descriptive statistical analysis of results. The results showed that many universities, indifferent regions of Brazil with distance education courses, are far from enabling the effective commitment to educational inclusion. It is expected that this research cooperate with MEC, so that appropriate legal actions are taken to allow an effective inclusion, and the society knows the Brazilian reality concerning the preparation courses for Special Education Teachers are available in graduation courses.

Keywords: Teacher training. Special education. Inclusive education. Distance learning.

Introdução

As propostas de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial vêm sofrendo mudanças contínuas ao longo do tempo. Em meados da década de 1960 e 1970, adotou-se a proposta de integração, segundo a qual esses estudantes tinham o direito de serem escolarizados com os demais alunos, na mesma escola, mas não necessariamente nas mesmas classes. Na década de 1990, lançou-se a política de Educação para Todos ou de Educação

Inclusiva, tendo como marco a Declaração de Salamanca, de 1994, que propunha educar todos dentro do sistema regular de ensino, na classe comum da escola regular (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

O Decreto n.º 3.298 (BRASIL, 1999), que regulamentou a Lei n.º 7.853 (BRASIL, 1989), ao dispor sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definiu a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando sua atuação complementar ao ensino regular.

Quanto às mudanças na organização da escola, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, – Resolução n.º 2 (BRASIL, 2001a) –, no artigo 2º, determinou que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001a).

As diretrizes acima mencionadas ampliaram o caráter da Educação Especial no sentido de considerar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) algo complementar ou suplementar à escolarização.

O Plano Nacional de Educação, Lei n.º 10.172 (BRASIL, 2001b), referente à modalidade de ensino da Educação Especial, promoveu a escolarização no sistema regular de ensino, prevendo, para quando isso não fosse possível, em função das necessidades do educando, o atendimento em classes e escolas especializadas. Para tanto, deve-se melhorar a qualificação dos professores do Ensino Fundamental para atendimento a esses alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e expandir a oferta de formação/especialização pelas universidades e escolas normais. Entretanto,

na atualidade, o princípio de educação separada parece enfrentar uma crise, pois há cada vez mais pressões sociais para a abertura de espaços para que os estudantes público-alvo da Educação Especial saiam de redutos segregados, como as escolas e classes especiais, e passem a ocupar os espaços comuns da sociedade (as escolas regulares, públicas e privadas).

A Resolução n.º 1 (BRASIL, 2002), que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definiu que as Instituições de Ensino Superior (IES) deveriam prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemplasse conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Em 2003, o MEC, por meio da extinta Secretaria de Educação Especial, criou o “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” a fim de promover a

[...] formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito de alunos com necessidades educacionais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (BRASIL/MEC, 2005, p. 9).

O Decreto n.º 5.626 (BRASIL, 2005) instituiu o ensino, aos surdos, na língua de sinais em escolas ou salas próprias de surdos; implantou a disciplina de Libras como obrigatória em todas as grades curriculares dos cursos de Licenciatura, Pedagogia e Fonoaudiologia; instituiu a presença de intérpretes em espaços onde houver alunos surdos; e regularizou a formação de professores de Libras por meio da licenciatura ou graduação em Letras/Libras e de intérpretes por meio do bacharelado.

Portanto, a política de inclusão promovida pelo Ministério de Educação tem como objetivo escolarizar, em um mesmo espaço

escolar, alunos com e sem necessidades especiais, o que requer a formação continuada emergencial de professores regentes, que ainda desconhecem as práticas educativas de acordo com a necessidade de cada estudante, e a formação inicial de futuros professores.

Em documento sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, o MEC recomenda que se criem alternativas para superar as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino inclusivo, evidenciando a necessidade de confronto das práticas discriminatórias, tais como as escolas e classes especiais (BRASIL, 2008). Segundo tal Ministério, essa perspectiva da Educação Inclusiva acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, e tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, orientando os sistemas de ensino, de forma a promover respostas às Necessidades Educacionais Especiais.

Para viabilizar a política de inclusão escolar, o MEC/SEESP tem desenvolvido o programa “Formação Continuada de Professores na Educação Especial”, que é uma proposta de formação emergencial para professores da rede pública de ensino (sistemas estaduais e municipais) que atuam na sala de aula comum e no AEE, e que é ofertada em duas modalidades de ensino: presencial e à distância. Além disso, o MEC, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), vem tentando, por meio de uma rede nacional de instituições públicas de Educação Superior, ofertar cursos de formação continuada de professores na modalidade de ensino à distância. O MEC apoia essa nova modalidade de ensino, que abrange os níveis de graduação, pós-graduação, formação continuada e cursos de extensão, para a formação de professores em diversas áreas da Educação.

A partir disso, questionamos: qual é, na atualidade, a situação nacional quanto à participação de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas na construção dessa política educacional inclusiva? Elas aderiram, de alguma forma, ao compromisso de formação inicial e continuada de professores para a Educação Inclusiva? Elas já implantaram em suas grades curriculares disciplinas específicas sobre o assunto? Elas oferecem curso de formação à distância na perspectiva da Educação Inclusiva?

Particularmente, a questão da formação de professores para a Educação Inclusiva por meio do ensino à distância tem sido pouco investigada, a despeito de esta ser uma modalidade de formação em expansão no país. Alguns poucos estudos encontrados indicam três vertentes nos estudos que abordam a Educação Inclusiva e/ou a Educação Especial e a formação à distância: estudos sobre a formação de professores especializados (VALENTE, 2002; PUCRS, 2003); estudos sobre a formação de professores comuns (DAL-FORNO, 2009; TSUKAMOTO, 2010); e estudos sobre a disciplina de Libras em cursos de graduação (MARTINS; FARIA, 2011; RODRIGUES, 2011). Logo, os estudos ainda são pouco e os temas, dispersos, a despeito do crescimento de cursos de formação à distância em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em nosso país.

Em relação aos cursos presenciais, M. C. M. Chacon (2004) analisou as grades curriculares dos cursos de Pedagogia e de Psicologia de 33 universidades brasileiras, sendo 27 delas públicas e seis particulares, bem como suas respectivas ementas e/ou conteúdos, no período entre 1992 e 1997, tendo em vista a recomendação feita pelo MEC, por meio da Portaria n.º 1.793, de dezembro de 1994. O autor identificou disciplinas de Educação Especial nas grades curriculares de sete cursos de Pedagogia e três cursos de Psicologia (CHACON, 2004, p. 321), o que indica que poucos cursos vinham contribuindo para a formação de professores e de psicólogos na

perspectiva da Educação Inclusiva. Porém, atualmente, nos cursos de Educação à distância, como a questão da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva vem sendo abordada? Essa foi a questão que norteou o presente estudo, esperando-se que ele contribua para o conhecimento da situação das universidades em relação ao cumprimento das legislações e para a informação sobre quantas delas estão preparadas para a sociedade inclusiva.

Tendo em vista o contexto apontado, de cursos de formação de professores para a perspectiva da Educação Inclusiva, o objetivo geral deste estudo consistiu em mapear as instituições brasileiras, particulares e públicas, que ofertam cursos de formação inicial de licenciatura à distância sobre Educação Inclusiva.

Método

Este foi um estudo de campo de natureza documental e caráter quantitativo, que analisou as matrizes/grades curriculares dos cursos de formação inicial (licenciaturas) e continuada, por meio da modalidade de ensino à distância, das Instituições de Ensino Superior brasileiras, privadas e públicas, por meio dos sites das universidades, tendo o apoio da lista de nomes citada pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED); da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do site Google. Para tanto, foi feita a análise dos documentos eletrônicos das matrizes/grades curriculares de 166 universidades brasileiras, sendo 99 delas privadas e 67, públicas. Foram excluídos os cursos de Licenciatura em Letras/Libras, Pedagogia Bilíngue (fornecido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos) e Licenciatura em Educação Especial por serem formações específicas. Além disso, também foram consideradas Instituições de Ensino Superior os centros universitários, as faculdades, as universidades federais e as universidades estaduais.

Como primeira etapa da pesquisa, foi feito um levantamento dos dados por meio dos sites institucionais das universidades,

tendo apoio da lista de nomes citada pela ABED, da UAB e do Google. Para a realização desse levantamento, foi utilizado um formulário no qual se assinalava a existência das disciplinas como Libras, Braille, Educação Inclusiva, Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado nos cursos de licenciatura. A partir dessa análise, identificou-se, quantitativamente, os cursos que possuem disciplinas específicas, seguindo as normas da legislação da Educação Inclusiva previstas na Portaria n.º 1.793, de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994) e no Decreto 5.626 (BRASIL, 2005). Na segunda etapa, foram analisados os documentos eletrônicos das matrizes curriculares dos cursos de formação continuada nas categorias “Pós-Graduação/Especialização”, “Extensão” e “Aperfeiçoamento”. Uma análise estatística descritiva foi então empreendida para a apresentação dos dados encontrados.

A formação inicial de professores nos cursos de licenciatura à distância

Das 166 universidades investigadas, apenas 124 (61 privadas e 63 públicas) ofertavam cursos de formação inicial (Licenciatura). No total, foram analisadas as grades de 202 cursos das Universidades Privadas e 246 cursos das Universidades Públicas em todas as regiões brasileiras. Cabe destacar que o levantamento foi prejudicado pelo fato de cerca de um terço dos cursos não terem suas matrizes disponíveis nos sites das instituições, a maioria deles de IES públicas. A tabela 1 mostra a existência das disciplinas específicas dos cursos de formação inicial de universidades privadas e públicas de cada região brasileira.

Tabela 1 – Formação inicial quanto às disciplinas oferecidas pelas universidades privadas e públicas segundo as regiões brasileiras

Nome das disciplinas	IES privadas		IES públicas		Total	
	n=202	%	246	%	N= 448	%
Libras	128	63	64	26	192	43
Braille	1	0,5	1	0,4	2	0,04
Educação Inclusiva	49	24	24	10	73	16
Educação Especial	22	11	28	11	50	11
Matriz indisponível no site	33	16	90	36	123	27
Nenhuma disciplina específica	29	14	63	6	92	20

Fonte: Elaborada pelos autores (2014)

Quanto às disciplinas sobre Educação Inclusiva e Educação Especial, estas foram encontradas, respectivamente, nas grades de 49 e de 22 dos 202 cursos de IES privadas analisados, sendo tais cursos localizados majoritariamente nas regiões Sul e Sudeste. Quanto à disciplina de Braille, ela foi ofertada por apenas um curso de Pedagogia na Região Sul, em uma Universidade Privada do Paraná,. Não foi encontrada nenhuma disciplina de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nesses cursos de IES privadas.

Em relação aos cursos das IES privadas que tinham a disciplina de Libras na grade curricular, conforme normas do Decreto n.º 5.626/2005, todas as regiões ainda estavam longe de alcançar a meta de preencha em 80% de cursos até 2012 e de 100% até dezembro de 2015. Quanto à disciplina de Braille, apenas um curso da região Sul, de uma universidade pública de Santa Catarina, oferecia a mesma para o curso de Pedagogia.

Quanto às disciplinas de Educação Inclusiva e Educação Especial, estas foram encontradas nas grades de 28 e 24 cursos, respectivamente, dentre os 246 cursos das Universidades Públicas analisadas.

Do total das matrizes dos 448 cursos de licenciatura analisados, cerca de 20% deles não tinham nenhuma das disciplinas

específicas em suas grades, 43% tinham a disciplina de Libras, 16% tinham disciplinas sobre Educação Inclusiva, 11% tinham disciplinas de Educação Especial e dois cursos tinham disciplinas de Braille.

Comparando-se o conjunto das licenciaturas de IES públicas e privadas ofertadas na modalidade à distância, percebe-se que ainda é escasso o número de IES que se preocupa em preparar futuros professores para a inclusão escolar, estando longe de cumprir a recomendação prevista na Portaria n.º 1.793/1994 e no Decreto n.º 5.626/2005. Entretanto, nota-se que as instituições privadas apresentam, com maior frequência, esse tipo de conteúdo em suas grades, e que a disciplina de Libras é ofertada com maior frequência tanto nas IES privadas quanto nas IES públicas.

Diferentes pesquisadores têm continuamente apontado a importância de mudanças na formação de professores, de forma a atender os requisitos legais e as recomendações oficiais da Educação Inclusiva, especificando a necessidade de inserção de conteúdo e/ou disciplinas específicas sobre o assunto (VITALIANO, 2002, 2007, 2008, 2010; CASTANHO; FREITAS, 2005; FERREIRA, 2007). Os estudos sobre cursos de formação inicial em licenciatura nas modalidades presenciais, como os de Chacon (2004) e Vitaliano (2008), evidenciaram que muitos dos cursos de licenciatura investigados não abordavam esse tipo de conteúdo em nenhuma disciplina. Os dados do presente estudo evidenciam que cerca de, no mínimo, 20% dos cursos de licenciatura ofertados na modalidade à distância ainda não abordam a Educação Inclusiva, a Educação Especial e/ou a Libras.

Ainda que a oferta de uma disciplina não garanta a formação pretendida de professores para a Educação Inclusiva, a ausência desse tipo de conteúdo na grade curricular seguramente dificulta a implementação de uma política efetiva de inclusão escolar. Convém, então, questionar se essa lacuna na formação inicial vem sendo suprida em cursos de formação continuada. Por isso, a seguir, serão apresentados os resultados obtidos sobre cursos de formação continuada ofertados por universidades públicas e privadas

na modalidade à distância, o que permite responder parcialmente a essa questão.

A formação continuada de professores nos cursos à distância

Foram coletados, também, no presente estudo, dados referentes à formação continuada à distância (Pós-Graduação/Especialização, Extensão e Aperfeiçoamento) das universidades privadas e públicas de todas as regiões do Brasil.

No caso da formação continuada à distância, das 166 universidades brasileiras analisadas, apenas 108 (65%) tinham cursos de pós-graduação/especialização, sendo 66 delas privadas e 42, públicas. A Tabela 2 apresenta os tipos de cursos ofertados e o número de Instituições de Ensino Superior que ofereciam esses cursos.

Tabela 2 – Tipos e freqüência de cursos de pós-graduação/especialização a distância ofertados por Instituições de Ensino Superior públicas e privadas na área

Cursos de especialização	IES Privada n=66	IES Pública 42	Total N=108
Educação Especial e Inclusiva	17	0	17
Educação Especial	7	4	11
Libras	9	1	10
Educação Inclusiva	8	2	10
Deficiência Auditiva	3	0	3
Deficiência Intelectual/Mental	3	0	3
Deficiência Visual	2	0	2
Educação para a diversidade	0	2	2
Tecnologia Assistiva	1	0	1
Educação de Surdos	1	0	1
Interpretação de Libras	1	0	1
AEE	1	2	1
TOTAL	53	11	64

Fonte: Elaborada pelos autores (2014)

Dentre as 108 instituições que ofertavam curso de especialização à distância na área, foram encontrados 64 cursos sobre 12 diferentes assuntos, sendo os mais freqüentes cursos sobre Educação Especial e/ou Inclusiva (38 cursos) e Libras/deficiência auditiva/surdez (15 cursos). Além disso, constatou-se que a maioria dos cursos de especialização na modalidade à distância (83%) está sendo ofertados por instituições privadas.

Das 166 universidades brasileiras que ofertavam curso de formação continuada, 52 (31%) ofereciam cursos de extensão, sendo 28 delas privadas e 24 públicas. A Tabela 3 apresenta a distribuição das freqüências nos diferentes tipos de cursos de extensão ofertados.

Tabela 3 – Tipos e freqüência de cursos de extensão à distância ofertados por Instituições de Ensino Superior públicas e privadas na área

	IES Privadas	IES Públicas	Total n=52
Libras	6	1	7
Deficiência Intelectual/Mental	1	2	3
Educação de Surdos	2	0	2
Educação Especial	1	1	2
Educação Inclusiva	1	1	2
Produção de material didático para a diversidade	0	2	2
AEE	0	1	1
Deficiência Auditiva	0	1	1
Deficiência Visual	0	1	1
Educação Especial e Inclusiva	1	0	1
Educação para a diversidade	0	1	1
Metodologias e intervenções curriculares (todas as deficiências)	1	0	1
Tecnologia Assistiva	0	1	1
Tecnologias Educativas Inclusivas	1	0	1
TOTAL	14	12	26

Fonte: Elaborada pelos autores (2014)

Nas 52 universidades brasileiras analisadas que ofertavam cursos de extensão, foram encontrados 26 cursos sobre 14 diferentes assuntos, sendo mais freqüentes os cursos sobre condições específicas de deficiências (15 cursos) e, entre esses, os referentes à questão da surdez/Libras/deficiência auditiva (10 cursos).

Em relação aos cursos de aperfeiçoamento, das 166 instituições que tinham oferta de formação continuada à distância para professores, 37 delas (22%) tinham cursos de aperfeiçoamento, sendo três privadas e 34 públicas. A Tabela 4 apresenta a distribuição das frequências nos diferentes tipos de cursos de aperfeiçoamento ofertados por essas 37 instituições.

Tabela 4 – Tipos e freqüência de cursos de extensão à distância ofertados por Instituições de Ensino Superior públicas e privadas na área

Cursos	Aperfeiçoamento		
	Privada n=0	Pública n=3	Total
Produção de material didático para a diversidade	0	14	14
Educação para a diversidade	0	14	14
Libras	1	0	1
Educação Especial	1	0	1
Deficiência Intelectual	0	1	1
Educação de Surdos	0	1	1
Educação Especial e AEE	0	1	1
TOTAL	2	31	34

Fonte: Elaborada pelos autores (2014)

Foram identificados 33 cursos de aperfeiçoamento sobre sete diferentes assuntos, sendo os mais frequentes os cursos sobre produção de material didático (14 cursos) e sobre educação para a diversidade (14 cursos). A grande maioria de cursos de aperfeiçoamento à distância encontrados (91%) estavam sendo ofertados por Instituições de Ensino Superior públicas.

Considerações finais

Os resultados indicam que muitas Instituições de Ensino Superior brasileiras que ofertam cursos de licenciatura na modalidade à distância ainda estão longe de viabilizar o compromisso efetivo de formar professores comprometidos com as políticas e práticas de inclusão escolar.

No caso da formação inicial, pelo menos um quinto dos cursos de licenciatura à distância sequer garante uma disciplina para discutir questões da Educação Inclusiva ou Especial ou dos estudantes com deficiências. Assim como nos cursos presenciais de formação de professores, a Portaria n.º 1.793 do MEC, publicada em 1994, que recomenda a inclusão de pelo menos uma disciplina de caráter geral e introdutório sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais nos cursos de licenciatura, tem tido pouco ou nenhum impacto em termos de mudanças nas grades curriculares. Isso evidencia que recomendações na forma de portarias expedidas pelo MEC parecem ter pouco efeito nas mudanças das grades curriculares dos cursos de formação de professores em nível superior.

Em relação ao Decreto n.º 5.626, ainda que este obrigue a inserção da disciplina de Libras nos cursos de Licenciaturas, constatou-se que, até o ano de 2014, apenas 63% dos cursos das IES privadas e 43% das IES públicas atendiam a esse dispositivo. Assim, a exigência legal na forma de decreto parece impactar mais a inserção de determinado conteúdo na formação de professores, embora isso não seja suficiente para garantir seu cumprimento, considerando-se que essas instituições tiveram cerca de oito anos para se ajustar ao dispositivo, mas dificilmente conseguirão atingir a meta de inserção dessa disciplina nas grades de todos os seus cursos de licenciatura até dezembro de 2015, como dispõe esse decreto.

Assim, se, por um lado, as oportunidades de formação inicial sobre esse assunto, na modalidade à distância, têm sido escassas,

as oportunidades de formação continuada à distância também não são, ainda, expressivas, considerando-se o tamanho continental do país. Ao todo, foram encontrados 64 cursos de especialização, 34 de aperfeiçoamento e 26 de extensão. As IES privadas têm encontrado na demanda por formação e nos cursos de especialização um filão a ser explorado, enquanto as IES públicas têm investido mais nos cursos de aperfeiçoamento.

Os resultados desse estudo, juntamente com outros sobre os cursos presenciais de licenciatura, permitem questionar se, de fato, o sistema educacional brasileiro quer se tornar mais inclusivo, considerando-se que as universidades ainda não estão assumindo devidamente seu compromisso com a formação de professores para a Educação Inclusiva. Sendo assim, para futuros estudos, propõe-se analisar a presença de conteúdos sobre Educação Especial, Educação Inclusiva, surdez e Libras, além de outras deficiências apresentadas pelo estudantes público-alvo da Educação Especial, com a finalidade de dimensionar esse aspecto da formação no conjunto dos cursos de formação de professores das Instituições de Ensino Superior brasileiras e de analisar a evolução das oportunidades de formação inicial e continuada nessa área em cursos de licenciatura nas modalidades presenciais e à distância.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 7853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília, 1989. Disponível em <<http://www.ufjf.br/hu/files/2010/06/acessibilidade2005.pdf>>. Acesso em: abr./2011.

BRASIL. **Decreto n.º 3298 de 20 de dezembro de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: abr. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 1.793, de dezembro de 1994**. Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei n.º 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Brasília, 2001b. Disponível em: <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/Brazil%20Plano%20nacional%20de%20educacao_lei10172.pdf>. Acesso em: abr. 2011.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/>>. Acesso em: abr./2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012002.pdf>>. Acesso em: jan. 2011

CHACON, M.C.M. **Formação de recursos humanos em educação especial: resposta das universidades à recomendação da portaria ministerial nº 1793**. Relato de pesquisa. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, Set/Dez, 2004, v.10, n.3, p.321-336. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v10n03/v10n03a06.pdf>>. Acesso em jul./2011.

DAL-FORNO, J.P. **Formação de formadores e educação inclusiva: análise de uma experiência via internet. 2009**. Tese (outorado em Educação)–Universidade Federal de São Carlos, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=167561>. Acesso em jul./2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca/Espanha, UNESCO 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Ministério de Educação, Secretaria de

Educação Especial, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>>. Acesso em maio/ 2011.

CASTANHO, D. M.; FREITAS S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, RS, n. 27, 2005. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ce-esp/2006/01/a6.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2006.

FERREIRA, M. C. C. O desenvolvimento profissional do docente e a inclusão escolar de alunos com deficiência mental. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Inclusão do aluno com deficiência na escola: os desafios continuam**. Marília, SP: ABPEE/FAPESP, 2007. p. 13-24.

MARTINS, L.M.; FARIA, J.G. **Abordagem bilíngue na disciplina de LIBRAS na EAD da UFG, Goiás**. Disponível em: <http://extras.ufg.br/uploads/248/original_Lira_Matos_Martins_e_outros.pdf>. Acesso jul./2011.

MOREIRA, L.C. **Formação Inicial em cursos de licenciatura com Bases Inclusivas: Sinalizações e reflexões na perspectiva de alunos com necessidades educacionais especiais**. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2006/Educao_Inclusiva/Painel/07_29_10_PA225.pdf. Acesso em: dez. 2014.

PUCRS. **Formação continuada de professores em educação especial: um estudo de caso da PUCRS virtual**, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <www.niee.ufrgs.br/eventos/CIIEE/2003/bloque4/comunicaciones>. Acesso em jul./2011.

RODRIGUES, C.H. **Desafios da disciplina de LIBRAS no curso de Pedagogia a distância da UFJF**. Encontro Virtual de documentação em software livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia on-line, v.1, n.1, junho de 2011.

TSUKAMOTO, N.M.S. **Educação Inclusiva em ambiente virtual de aprendizagem: uma proposta para a formação de professores.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica, Paraná, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2010-09-15T123320Z-1463/Publico/Neide.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

VALENTE, J.A. **Formação de Professores, via internet, no uso da informática na educação especial.** In: Painel- III Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial- CIIEE, 2002. Disponível em: <<http://www.niee.ufrgs.br/eventos/CIIEE/2002/programacao/Paineis.pdf>>. Acesso em jul./2011.

VITALIANO, C. R. **Concepções de professores universitários da área de educação e do ensino regular sobre o processo de integração de alunos especiais e a formação de professores.** 308 f. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, 2002.

_____. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília, SP: ABPEE, 2007.p. 399-314.

_____. Diagnóstico das necessidades de preparação dos professores de cursos de licenciatura para incluir estudantes com necessidades especiais e formar professores aptos a promover a inclusão. In: ALMEIDA, M. A.; MENDES E. G.; HAYASHI, M. C. P. I. **Temas em educação especial: múltiplos olhares.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília,DF: CAPES/PROESP, 2008. p. 246-255.

_____. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Londrina, PR: EDUEL, 2010.

Sobre as autoras

Mariana de Lima Isaac Leandro Campos é Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É professora assistente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos e professora pesquisadora da Secretaria Geral de Educação à Distância SEAD/UFSCar.

Email: marianacampos23@yahoo.com.br.

Enicéia Gonçalves Mendes é Mestre em Educação Especial e Doutora em Psicologia. É professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e presidente da Associação de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE).

Email: egmendes@ufscar.br.

